

## UM NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: a idealização de um quilombo

*Juliana da Silva Siqueira  
Ana Luíza Jesus da Costa*

### Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar o protagonismo de Jupiara Castro, mulher negra e trabalhadora, que foi umas das pessoas que idealizou e fundou um Núcleo de Consciência Negra dentro da Universidade de São Paulo (NCN/USP), em 1987. O objetivo é revelar quem é Jupiara, qual foi a sua missão, sua contribuição e qual legado deixou para as futuras gerações dentro do NCN e fora deste território que entendemos como um quilombo dentro da Universidade. Foram tomadas como fontes de pesquisa: entrevistas com membros do Núcleo, estatuto, publicações e documentos produzidos pelo NCN e pela USP, publicações em outros veículos de informação mais gerais, como periódicos da Universidade e da grande imprensa. Diante das entrevistas e análises dos documentos foi possível constatar que Jupiara promoveu dentro da Universidade de São Paulo um grande debate acerca do racismo, do antirracismo e da posição de inferioridade da(o) negra(o) brasileira(o). Além disso, com o passar do tempo, esse debate político se transformou em ações educacionais direcionadas às comunidades negra e não negra, para promover uma educação crítica, reflexiva e emancipadora. Concluiu-se que Jupiara fundou o Núcleo de Consciência Negra para promover ações afirmativas com o intuito de educar a população negra em atos públicos, cursinho pré-vestibular, cursos de idiomas, alfabetização, cultura e arte, e reeducar a sociedade sobre as relações étnico-raciais no Brasil, marcando a luta da população negra por ensino superior, que está na gênese das políticas de cotas raciais.

**Palavras-chave:** racismo; interseccionalidade; educação.

## A BLACK CONSCIOUSNESS CENTER AT THE UNIVERSITY OF SÃO PAULO: the mission of the creator of a quilombo

### Abstract

This article aims to present the protagonism of Jupiara Castro, a black working woman, who was one of the people who created and founded a “Black Consciousness Center” within the University of São Paulo (NCN/USP) in 1987. The main purpose of this paper is to reveal who Jupiara is, what her mission was, what her contribution was and what legacy she left to the future generations at the NCN and outside this territory that we understand as a *quilombo* inside the university. The research sources includes interviews with members of the Center, statutes, publications and documents produced by the NCN and the USP as well as publications in others general information vehicles, such as the university and mainstream presses. According to the interviews and analysis of documents, it was possible to verify that Jupiara promoted a great debate at the University of São Paulo about racism, anti-racism and the inferior position of black women and men in Brazil. Furthermore, over the time, this political debate was also transformed into educational actions aimed to the black and non-black communities, to promote critical, reflective and emancipatory education. It was concluded that Jupiara founded the Black Consciousness Center to promote affirmative actions aiming the education of the black population, in the public arena, with literacy, preparatory university, language, culture and art courses and reeducating society about ethnic-racial relations

in Brazil, marking the struggle of black people for higher education, which is in the genesis of racial quota policies.

**Keywords:** racism; intersectionality; education.

## UN CENTRO DE CONCIENCIA NEGRA EN LA UNIVERSIDAD DE SÃO PAULO: la misión del creador de un quilombo

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar el protagonismo de Jupiara Castro, mujer negra y trabajadora, quien fue una de las personas que creó y fundó un Centro de Conciencia Negra en el seno de la Universidad de São Paulo (NCN/USP) en 1987. Revelamos quien es Jupiara, cual fue su misión, cual fue su aporte y que legado dejó para las futuras generaciones dentro del NCN y fuera de este territorio que entendemos como um *quilombo* dentro de la universidad. Como fuentes de investigación fueron utilizadas entrevistas con miembro del Centro, estatutos, publicaciones y documentos producidos por el NCN y la USP, publicaciones de otros vehículos de información, como periódicos universitarios y de la prensa general. A partir de las entrevistas y del análisis de los documentos, se pudo verificar que Jupiara promovió un gran debate en el seno de la Universidad de São Paulo sobre el racismo, el antirracismo y la posición de inferioridad de las personas negras en Brasil. Además, con el tiempo, ese debate político también se transformó en acciones educativas dirigidas a las comunidades negras y no negras, para promover una educación crítica, reflexiva y emancipadora. Se concluyó que Jupiara fundó el Centro de Conciencia Negra para promover acciones afirmativas con el objetivo de educar a la población negra en la arena pública, con cursos de alfabetización, preuniversitarios, de lenguas, de cultura y artes, como también reeducar la sociedad sobre las relaciones étnico-raciales en Brasil, marcando la lucha de la población negra por la educación superior, que está en la génesis de las políticas de cuotas raciales.

**Palabras clave:** racismo; interseccionalidad; educación.

### INTRODUÇÃO

Este artigo teve origem na pesquisa de mestrado intitulada “A formação do Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo: uma trajetória política apoiada na educação como forma de resistência e luta antirracista”, (Siqueira, 2024) desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), e que teve como objetivo compreender e analisar a história do Núcleo de Consciência Negra (NCN) e sua ação educacional na USP.

Convivendo no interior da comunidade universitária e envolvidas com as questões que tocam a educação das classes populares, em sua maioria não brancas, no Brasil, além das relações entre educação e movimentos sociais, chamou-nos a atenção o fato de serem extremamente raros os trabalhos acadêmicos sobre a história do NCN. Tal lacuna diante de sua importância não apenas para a USP, mas para o movimento negro em seu conjunto, associada ao nosso compromisso com uma educação antirracista, levou-nos à realização da investigação da qual apresentaremos parte dos resultados.

Em 1987, poucos anos após o fim da ditadura civil militar, diante da efervescência dos movimentos sociais, em particular do movimento negro, surge o Núcleo de Consciência Negra. Na ocasião, havia homens negros na direção da Adusp (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo) e do DCE (Diretório Central dos Estudantes) e uma mulher negra na direção do SINTUSP (Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo). Eram eles/ela, respectivamente: o professor doutor Henrique Cunha Júnior, docente na USP, Wilson Honório da

Silva, estudante de História na FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) e Jupiara Castro, diretora de base do SINTUSP. O contato de Jupiara com Henrique Cunha Júnior e Wilson Honório da Silva proporcionou a formação do Núcleo de Consciência Negra, em que se iniciou um trabalho de investigação e denúncia, em face das reclamações das/os trabalhadoras/es negras/os da Universidade, junto ao SINTUSP.

Sentamos, discutimos bastante e começamos a pensar uma forma de intervir na estrutura da universidade para ver se conseguíamos minimizar a questão das perseguições racistas para com os trabalhadores, e por outro lado a gente olhava e eram muito poucos estudantes negros<sup>1</sup> (Castro, 2020).

Naquele momento, o NCN se concentrou em efetuar denúncias a respeito da situação dos trabalhadores negros dentro da Universidade de São Paulo, bem como em realizar ações e projetos educativos voltados à valorização das pessoas negras. Com o tempo, seus objetivos e ações se desdobraram e incluíram, com ênfase, a luta pelo acesso e permanência da população negra ao ensino superior.

O Núcleo de Consciência Negra tinha (e ainda tem) como objetivo e missão contribuir para diminuir as desigualdades sociais, oriundas da discriminação racial, seja por meio de denúncias da segregação pela cor da pele das pessoas, seja por ações educativas, ou ainda para realizar manifestações públicas contra a ausência de estudantes negros nos cursos superiores da USP, além de debater e reivindicar ações afirmativas que contribuem para a redução das desigualdades raciais.

Nosso objetivo é revelar e analisar a missão de Jupiara Castro, idealizadora e uma das fundadoras do NCN, bem como as razões que a levaram a promover um grande debate dentro USP e a fundar um Núcleo de Consciência Negra dentro de uma das universidades de maior visibilidade da América Latina. O trabalho se baseou predominantemente em fontes orais, apoiado em documentos e publicações produzidos pelo NCN e pela USP, para compreender a tarefa, a motivação e a contribuição de Jupiara Castro ao desenvolver, executar e promover ações políticas e educacionais voltadas para a comunidade negra, assim como o legado que ela deixou para as futuras gerações dentro do NCN e fora deste território que estamos entendendo como um quilombo dentro da USP.

Jupiara Gonçalves de Castro nasceu em 19 de janeiro de 1957 no Rio de Janeiro/RJ. De família de classe média, seu pai era militar das Forças Armadas e militante comunista. Jupiara é ex-diretora da FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil) e foi responsável pelo departamento de Recursos Humanos do Centro de Saúde Escola Samuel Barnsley Pessoa (CSEB) da Faculdade de Medicina da USP, onde trabalhou desde 1985. A história de Jupiara na luta pela igualdade racial começou no movimento estudantil e movimento negro no Rio de Janeiro, onde, em 1982, foi fundado o Agbara Dudu (primeiro bloco afro da cidade). Oriunda do Movimento Negro Unificado (MNU) desde a fundação em 1978, Jupiara, no final de 1983, se mudou para São Paulo. Em 1985 se tornou servidora celetista na USP e em 1986 começou a fazer uma discussão étnica e racial na

---

<sup>1</sup> Informação verbal. As entrevistas constantes neste artigo foram publicadas na dissertação “A formação do Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo: uma trajetória política apoiada na educação como forma de resistência e luta antirracista” de Juliana Silva Siqueira em 2024, FEUSP, São Paulo.

universidade, que levou à fundação do Núcleo de Consciência Negra, em 1987, junto de Henrique Cunha Júnior e Wilson Honório. Jupiara Castro encontra-se até hoje, depois de mais de 37 anos, fazendo parte da entidade.

Nas páginas que seguem, discorreremos sobre a missão de Jupiara Castro, sua luta e resistência diante do racismo estrutural e institucional impregnado na sociedade, inclusive na Universidade de São Paulo.

### JUPIARA CASTRO: A MISSÃO DA IDEALIZADORA DE UM QUILOMBO NA USP

A história da comunidade negra, quando apenas apresentada pelo olhar do *outro branco*<sup>2</sup>, pode ser reduzida a fatos meramente descritivos sem haver um resgate de memórias, de um lugar de enunciação dotado do sentimento de pertencimento em relação à riqueza das culturas afro-brasileiras e africanas, e a atribuição dos sentidos mais profundos da luta contra o racismo por meio de uma educação emancipadora. Ademais, corre-se o risco de fixar a(o) negra(o)<sup>3</sup> apenas como objeto de estudo ou, simplesmente, como informante<sup>4</sup>, o que desconsidera esses sujeitos enquanto produtores de uma narrativa própria, ao mesmo tempo em que confere à intelectualidade branca o lugar de pesquisadores e cientistas.

Essa redução de uma história das/os negras/os contada apenas pelos brancos é um grande problema, dificulta a emancipação e perpetua a desvalorização da comunidade negra enquanto produtora de conhecimento na sociedade, e marginaliza a posição da mulher preta e do homem preto ao afirmarem sua negritude e sua identidade. Tais circunstâncias condenam a sociedade como um todo aos perigos de uma história única (Adichie, 2019)<sup>5</sup>. Depreendemos daí a importância fundamental dos espaços de produção de conhecimento serem cada vez mais habitados pelas pessoas negras, o que nos leva diretamente à missão de Jupiara Castro, personagem central desta narrativa.

Em 1985, aos 30 anos de idade, Jupiara Castro, militante do MNU no Rio de Janeiro desde meados dos anos 70, chega a São Paulo. Sua missão: entrar na Universidade de São Paulo como

---

<sup>2</sup> Segundo Steve Biko (1971), os brancos só podem enxergar os negros a partir de fora e, por isso, nunca conseguirão extrair e analisar o *ethos* da comunidade negra.

<sup>3</sup> Assim como Letícia Patriarca (2015), gostaria de usar *x* ou *@* na marcação de gênero “[...] pela maior possibilidade de autoidentificação que ele enseja” (p. 10). Entretanto, esse uso é ininteligível na leitura e na fala na tecnologia assistiva, produzindo desigualdade para pessoas que dela necessitam. De forma geral, usarei primeiramente o feminino para “[...] sinalizar intenções políticas de valorização do feminino” (p.10) e, depois, o masculino.

<sup>4</sup> A pesquisadora Mariana Machado Rocha mencionou na defesa de sua tese de doutorado, no dia 31/7/2023, que brancos acadêmicos, como Florestan Fernandes, mobilizaram as informações, os pensamentos, as manifestações e conhecimentos de intelectuais negros, como José Correia Leite, para escrever sobre a questão do negro no Brasil, ao mesmo tempo em que deixaram na sombra, intelectuais negras(os) que colaboraram diretamente com suas pesquisas, como Virgínia Bicudo. Assim, a leitura de mundo de Correia Leite fica reduzida ao lugar de conteúdo fornecido por um informante, quando se tratava de uma interpretação própria que não recebia o status de legitimidade proveniente do aparato institucional de uma universidade.

<sup>5</sup> De acordo com Chimamanda Adichie, a consequência da história única é o roubo da dignidade das pessoas, o que torna difícil o reconhecimento da humanidade em comum (Adichie, 2019).

estudante ou trabalhadora e instalar, dentro da universidade de mais prestígio na América Latina, um debate étnico-racial, com o protagonismo da comunidade negra acerca do lugar da/o negra/o na sociedade. Jupiara chegou a São Paulo como representante do MNU para questionar os privilégios da branquitude dentro da USP e fazer ecoar as vozes da população preta brasileira sobre o seu lugar de fala no debate das questões étnico-raciais, sobretudo dentro da academia.

A Universidade de São Paulo foi erigida sob o manto da branquitude e, desde sua fundação, manteve posturas racistas privilegiando e beneficiando pessoas brancas e excluindo de forma desumana os grupos não brancos, sobretudo os negros (Rocha, 2023). Entretanto, em 1985, tempo de efervescência política e anseios por democracia e direitos no Brasil, os movimentos sociais e os movimentos negros atuavam em confluência com outros movimentos negros de resistência situados em outros países de herança colonial, como a África do Sul. Era o fim da ditadura no Brasil, período de redemocratização e a hora de exigir o estabelecimento de leis e políticas públicas que reparassem as desigualdades históricas produzidas pelo racismo. Criticava-se com mais ênfase a suposta democracia racial, muito decantada pela ditadura civil militar, enquanto vivia-se um momento crucial da luta negra para uma transformação nacional e suas expressões locais, dada inclusive dentro das universidades, nas quais, em geral, os negros estavam reduzidos ao papel de trabalhadores de baixo prestígio, contribuindo massivamente para a existência e funcionamento das instituições, mas sem reconhecimento como parte de seu elevado valor simbólico.

Jupiara entrou na USP como trabalhadora em 14/5/1986. Ela não ingressou como estudante universitária. O fato de estar marcada por diversas categorias de discriminação, como gênero, raça e classe, que se sobrepõem, se cruzam e causam exclusão (Crenshaw, 2002), pode ter sido a principal razão para não ter alcançado o nível superior, pois para ingressar em uma universidade pública (ou particular) se faz necessário o acesso a recursos materiais, tempo e condições de permanência. Jupiara estava em São Paulo, sozinha. Ela precisava se sustentar e decidiu militar pelas causas do movimento negro. Ela poderia ter optado por trabalhar, estudar e não militar, mas é possível, também, que ela não tenha tido outras opções naquele momento. O fato é que ela precisou trabalhar para prover seu próprio sustento e, ao mesmo tempo, militar por si e por outras mulheres pretas socialmente marginalizadas, porque as negras sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual e seu acesso ao sistema educacional é restringido, particularmente aos níveis de instrução mais elevados (Gonzalez, Hasenbalg, 2022, p. 121-122).

Comecei como atendente de enfermagem e depois fui coordenadora de Recursos Humanos do centro hospitalar escola do Butantã, que era da Faculdade de Medicina. Mulher, preta e sozinha, que precisa se sustentar militando, não consegue entrar nas faculdades públicas. Então eu não consegui. Não sou graduada (Jupiara, 2020).

Jupiara exprime na sua fala “Mulher, preta e sozinha, que precisa se sustentar militando, não consegue entrar nas faculdades públicas”, que a fragilidade de possibilidades e as desvantagens competitivas que a mulher negra experimenta na sociedade capitalista enfrentando casos de racismo estrutural e institucional (Crenshaw, 2002) associadas, sobretudo, ao seu gênero, raça e classe, foram fatores que influenciaram suas condições. Por ser mulher, preta e pobre, ela encontrou muito mais barreiras socioeconômicas do que mulheres brancas e não pobres. Sendo as fragilidades e as desvantagens fortes condicionantes, não apagaram, entretanto, a agência de Jupiara, que decidiu manter-se militando e perseguindo sua mencionada missão.

Os obstáculos causados pela interseccionalidade de opressões e a falta de oportunidades ocasionadas pela inexistência de políticas públicas perpetuam a posição das mulheres negras na realização de trabalho precário, especialmente o doméstico. No que tange a esse aspecto, Kimberle Crenshaw (2002) explica que o racismo opera na interseccionalidade entre gênero, raça, classe e outros marcadores sociais, que se sobrepõem e se cruzam, causando múltiplas formas de discriminação, injustiça, desigualdades e exclusões, atingindo de forma estrutural a mulher negra, a qual se encontra no centro dessas intersecções.

A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos [...] Sobrepomos o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e também o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem portadoras de alguma deficiência, vemos que as que se encontram no centro – e acredito que isso não ocorre por acaso – são as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos (Crenshaw, 2002, p. 10).

Patrícia Hill Collins em “Aprendendo com a outsider within” reflete sobre a posição de mulheres negras empregadas domésticas nas casas de mulheres e famílias brancas. Ao mesmo tempo, essa posição de trabalho subalterno pode contribuir no debate acadêmico, “[...] como *outsiders within*, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo” (Collins, 2016, p. 101). Jupiara era uma *outsider within* dentro da universidade, isto é, uma *forasteira de dentro*. Ela era uma funcionária com elevado conhecimento prático e teórico num território acadêmico, mas que era constantemente colocada em uma categoria de inferiorização em face da sua raça e classe.

Suely Carneiro apresenta suas considerações acerca dessa interseccionalidade que causa a marginalização social das mulheres negras, enfatizando a necessidade de se questionar o Centenário da Abolição da Escravidão, que visava datas comemorativas, quando, na verdade, não havia nada o que se comemorar em face das mazelas da escravidão perpetuadas no tempo e no espaço. Ela faz apontamentos a partir de dados do Censo de 1988<sup>6</sup> que revelam, por exemplo, que menos de 1% das mulheres pretas conseguiam frequentar o nível superior. Nas palavras de Suely Carneiro, no ato de instalação do Tribunal Winnie Mandela:

Eu quero dizer apenas, que é com legitimidade de 48% de nós, Mulheres Negras, sermos analfabetas, conforme informa o Censo de 80; que é com a legitimidade de mais de 50% de nós sermos empregadas domésticas; que é com a legitimidade de 85% de nós não ganharmos além de dois salários mínimos; que é com a legitimidade de não termos “Boa Aparência”; que é com a legitimidade de menos de 1% de nós conseguirmos chegar às Universidades; que é com a legitimidade de sermos a maioria das menores abandonadas; que é com a legitimidade de sermos a maioria da população feminina nos presídios; que

---

<sup>6</sup> Suely Carneiro, à época coordenadora do Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, apresenta suas considerações durante o Seminário de 7/5/1988, que instalou o “Tribunal Winnie Mandela”, o qual tinha por objetivo expor a situação da mulher negra brasileira e os mecanismos utilizados pela sociedade para perpetuar os preconceitos raciais. O evento fez parte de uma série de seminários organizados pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

é com a legitimidade de sermos a maioria das faveladas; que é, enfim, com a legitimidade que nos dá este estado de miserabilidade e de marginalização social em que vivemos, que nós mulheres negras, adquirimos o direito e o dever de questionar o Centenário da Abolição da Escravidão. E que é este, o sentido último do Tribunal Winnie Mandela. (Carneiro, 1988)

O efeito perverso da interseccionalidade das opressões de raça, classe e gênero estava presente na vida de Jupiara, bem como na vida de milhares de mulheres pretas da classe baixa. Ao ter como escopo a implantação de um debate étnico-racial dentro da universidade, a partir do olhar da mulher negra e do homem negro, Jupiara pretendia desvelar o racismo como um dos problemas mais graves existentes na sociedade brasileira, o qual, também, perpassa pelo interior e pelas estruturas da Universidade de São Paulo.

### PROMOVENDO UM DEBATE ÉTNICO-RACIAL NA UNIVERSIDADE COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E REEDUCAÇÃO DA SOCIEDADE

Para além do aludido desvelo, Jupiara planejava, com a realização do debate étnico-racial, promover a educação e a reeducação de toda a comunidade uspiana e a de seu entorno, seja ela branca ou preta, por meio da consciência racial, sobretudo a negra, que é fruto de um processo de compreensão sobre ser negro, se orgulhar de ser negro e estar comprometido com a luta contra todas as forças que procuram usar a negritude como um rótulo que determina subserviência (Biko, 1971).

Numa breve definição, a Consciência Negra é, em essência, a percepção pelo homem negro<sup>7</sup> da necessidade de juntar forças com seus irmãos em torno da causa de sua atuação – a negritude de sua pele – e de agir como um grupo, a fim de se libertarem das correntes que os prendem em uma servidão perpétua. Procura provar que é mentira considerar o negro uma aberração do “normal”, que é ser branco. É a manifestação de uma nova percepção de que, ao procurar fugir de si mesmos e imitar o branco, os negros estão insultando a inteligência de quem os criou negros. [...] Procura infundir na comunidade negra um novo orgulho de si mesma, de seus esforços, seus sistemas de valores, sua cultura, religião e maneira de ver a vida. (Biko, 1971, p. 1)

A promoção da consciência negra exigia a promoção e um outro projeto de universidade em que negros e negras estivessem presentes e reconhecidos como produtores de conhecimento. Para enxergar a/o negra/o como sujeito social e não como objeto de pesquisa é necessário que haja uma transformação profunda na estrutura mental dos seres humanos (Munanga, 2005). É necessário repensar a posição das pessoas negras na História. O eterno estudo sobre o escravo como objeto pode destruir as individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira (Munanga, 2005).

O estudo exclusivo sobre o escravo na historiografia brasileira, ao menos, até os anos 1980 foi largamente produzido e publicado a partir de pesquisas das universidades. A redução do lugar

---

<sup>7</sup> O uso de *homem negro* é uma marca temporal e histórica de utilizar as palavras no masculino como forma genérica para se referir a seres humanos. Nesse sentido, quando não em citação, utilizaremos pessoa negra ou mulher e homem negros.

do negro na História e sua objetificação foi alvo de críticas pela intelectualidade negra desde as últimas décadas do século XX. “A memória dos afro-brasileiros, muito ao contrário do que afirmam aqueles historiadores convencionais de visão curta e superficial entendimento, não se inicia com o tráfico escravo” (Nascimento, 2019, p. 273).

Beatriz Nascimento e Eduardo Oliveira e Oliveira denunciaram no evento “A quinzena do negro na USP”, em outubro de 1977, a triste realidade do eterno estudo sobre o escravo, como se a existência do negro estivesse reduzida apenas à mão de obra escrava, sem considerar negros e negras como sujeitos na ocupação de espaços sociais, inclusive o acadêmico (Ratts, 2011).

Jupiara se insere nessa disputa a partir de sua convicção: “Quem falará e representará a nossa história seremos nós mesmos” (Jupiara, 2020). Conforme já mencionado, ela tinha como objetivo estabelecer um debate étnico-racial na Universidade de São Paulo, com o olhar da comunidade negra, para promover uma luta contra a discriminação racial, questionar a branquitude e a exclusão de negros na maior universidade da América Latina. Mas como ela faria isso? Ela sabia que havia precariedade de negros nas cadeiras de poder dentro da Universidade. Ela sabia da invisibilidade dos negros que trabalhavam na USP nas funções de menor prestígio social. Isso era um padrão, algo tido como normal e aceitável. Então por onde começar se o racismo está enraizado, estruturado e institucionalizado na e pela Universidade?

É importante destacar que, embora existam níveis de compreensão e expressão do racismo individual e institucional, a dimensão da estrutura é que torna possível tais efeitos do racismo. De acordo com Silvio de Almeida (2016), o racismo estrutural não é uma questão patológica porque concebe as relações no seu padrão de normalidade. É, outrossim, uma forma de racionalidade que abrange ações sistemáticas conscientes e inconscientes.

Jupiara carregava consigo, o tempo todo, o que seu pai a ensinara: “todas as regras foram feitas para serem quebradas, você só precisa justificar a ruptura com essas regras” (Jupiara, 2020). Assim, como construções sociais, as estruturas poderiam ser desconstruídas.

Eu costumo dizer que eu nasci militante, porque eu sou filha de um velho comunista negro, carioca, que nos ensinou o tempo inteiro que todas as regras foram feitas para serem quebradas, você só precisa justificar a ruptura com essas regras. O jogo na minha casa era mais duro do que na casa dos nossos amigos. Eles [os pais] não diziam de cara para não fazermos algo, mas precisávamos argumentar o porquê faríamos ou não faríamos. Então argumentávamos. E ele se convenciu ou não. Era difícil. Mas hoje eu tenho clareza. Eles deixavam a gente quebrar as regras em tudo que não feria os princípios deles. (Jupiara, 2020)

Para algumas entidades, quebrar regras é transgredir, mesmo argumentando sobre a irracionalidade de tais regras, mesmo expondo a inumanidade delas. São instituições que foram fundadas por ideologias tradicionais do patriarcado. Elas estão fixadas na e pela ideologia do colonizador. Portanto, qualquer manifestação, levante ou protesto será encarado como uma violação, mas isso não amedrontava Jupiara, porque ela havia sido preparada desde pequena. Seu pai, Claudionor Esteves de Castro, realizava jogos argumentativos com a finalidade de discutir e debater assuntos contestáveis a partir da elaboração e do confronto de argumentos, tudo com a finalidade de estimular a capacidade de questionamento e debate de sua filha.

As atitudes e ações do pai de Jupiara podem ser compreendidas a partir da ideia de hooks, de que educar é uma ação fundamentalmente política quando situada nas raízes na luta antirracista (hooks, 2017). Assim como o fazer pedagógico promovido pelo pai de Jupiara, as professoras

negras apresentadas por bell hooks<sup>8</sup> promoviam uma pedagogia revolucionária de resistência profundamente anticolonial.

Aprendemos desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista (hooks, 2017, p. 10-11).

Tanto o pai quanto a mãe de Jupiara a prepararam para enfrentamentos difíceis. Ela foi formada por uma pedagogia revolucionária adquirida na experiência familiar. A escola, espaço formal de educação, complementou a formação de Jupiara. Essa bagagem instrutiva e pedagógica, Jupiara levou consigo e dela se apoderou na sua militância. Mais tarde, ela integrou e experienciou importantes processos complexos participando da fundação do MNU e do Agbara Dudu, ambos no Rio de Janeiro.

Eu tive dois processos no movimento negro que eu acho muito interessantes. Particpei da fundação do MNU no Rio de Janeiro e da fundação do Agbara Dudu<sup>9</sup>, situado em Oswaldo Cruz, também no Rio de Janeiro. O Agbara Dudu, na periferia do Rio, também era um espaço político-socialista ligado às lutas gerais, mas com um viés muito forte na questão cultural. Música, teatro. Na década de 80 a gente disputava a juventude com o teatro não deixando o tráfico levar nossas crianças. Até hoje ele está situado em Oswaldo Cruz, com altos e baixos, porque não se consegue financiamento. (Jupiara, 2020)

Jupiara se dedicou a uma luta que não era só dela, mas de toda a comunidade e juventude preta marginalizada e silenciada. A prática da resistência e da luta traz conhecimento. Jupiara tem muitos saberes: o da escola, o da família, o político, o da experiência como militante no movimento negro e, ainda, o acadêmico. O potencial de conhecimento e análise somados à sua experiência e atividade fazem dela uma acadêmica *outsider within*, ou *estrangeira de dentro*, nos termos de Collins (2016), e que faz uso criativo de sua marginalidade para promover um pensamento feminista negro e divulgá-lo por meio de debates e ações educacionais.

A missão de promover um grande debate étnico-racial na USP foi encampada por uma mulher que tinha conhecimento histórico-político-cultural-social, tinha experiência como militante no movimento negro, sabia argumentar e se posicionar, sabia quebrar regras e transgredir. Portanto, assim que Jupiara ingressou como trabalhadora na função de atendente de enfermagem I, no Hospital Universitário, ela foi liderança de uma greve que tinha como objetivo expor os problemas nas condições de trabalho, no plano de carreira e nos pisos salariais.

---

<sup>8</sup> O nome da pesquisadora e feminista negra bell hooks será grafado com iniciais minúsculas, respeitando a problematização feita pela autora acerca do nome que ela adotou.

<sup>9</sup> Agbara Dudu significa, em yorubá, *força negra*. O espaço foi fundado em 4/4/1982 e é voltado para a comunidade. O grupo passou a desenvolver cursos, oficinas de dança e capoeira, além de debates, encontros e seminários sobre temas negros e afins. Disponível em.: <https://grupoafroagbaradudu.com.br/>. Acesso em.: 22 abr. 2024.

Não tinha acabado meu período de experiência. Eu entrei e dirigi uma greve no Hospital Universitário. Foi uma greve importante, porque conseguimos melhorar todos os pisos da carreira e incluir as melhorias nas carreiras dos aposentados (Jupiara, 2020).

Dirigir uma greve envolve expor e debater as relações injustas que se dão no âmbito do trabalho e exigir mudanças e reparações nessa esfera. Jupiara conta que, em razão de ter conduzido uma greve, acabou se tornando diretora de base do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (SINTUSP), em 1987, e que, durante um longo período, ela foi a única mulher negra na direção do SINTUSP (Jupiara, 2020).

Ao tomar posse do cargo de direção no SINTUSP, Jupiara começa a receber queixas sobre as violências, injustiças e abusos presentes nas relações de trabalho na Universidade, principalmente para trabalhadores negros. Ela conta que na prefeitura da Universidade tinham muitos negros como trabalhadores em serviços, manutenção, cozinha e conservação enquanto havia poucos negros como alunos, professores e funcionários com cargos de maior prestígio social.

Em 1986 e 1987 tinha muito negro na Universidade de São Paulo. Muito. [...] tinha eletricitista, técnicos de jardinagem, tinha pedreiro, o pessoal da construção civil [...] quem estava nos restaurantes, na cozinha, eram as mulheres negras cozinhando e os homens negros no suporte da cozinha. A Universidade tinha muito negro, todos eles como trabalhadores em funções que para mim são extremamente óbvias. Então, quer dizer, quando você anda pela Universidade, quando você chega na parte da academia, você não encontra um negro, nem discente nem docente (Jupiara, 2020).

Segundo Jupiara, as queixas recebidas relacionadas ao trabalho denunciavam atitudes altamente racistas e discriminatórias por parte da chefia. “Não há dúvidas de que a discriminação contra o negro em todo o planeta tem origem na atitude de exploração, por parte do homem branco” (Biko, 1971, p. 2). Tais queixas tratavam das condições precárias de trabalho, de baixa remuneração, da impossibilidade de ascender profissionalmente (e socialmente) e, principalmente, das atitudes que revelavam a concepção de que aqueles que carregavam as vassouras eram inferiores aos que estavam à frente de cargos de maior prestígio social.

Vi casos de assédio dos professores e até de menosprezo por parte deles. Eles diziam, claramente, que negros não deveriam estar na Universidade de São Paulo porque esta Universidade era para pensar o Brasil e pensar as categorias formais da sociedade brasileira (Cunha Júnior, 2021<sup>10</sup>).

O professor Henrique Cunha Júnior (2021), um dos fundadores do NCN, lembra que as denúncias vinham de vários setores. Ele relata que os funcionários se queixavam de assédio sexual, racismo por parte dos professores e barreiras no ingresso nos programas da Universidade.

Como forma de encontrar meios para enfrentar a questão, Jupiara reuniu a diretoria do SINTUSP para discutir os atos racistas contra os trabalhadores, porém, se deparou com uma outra esfera do racismo: a negação, já que segundo os outros dirigentes do Sindicato, não havia racismo dentro da USP.

---

<sup>10</sup> Henrique Cunha Júnior foi um dos fundadores do NCN. Ele era um dos poucos professores negros da Universidade de São Paulo, à época da fundação do NCN.

Nas discussões da direção, as pessoas disseram que eu era meio louca. Diziam que na USP não tinha racismo. E isso me aborreceu muito, por isso procurei a Dulce, do Diretório Central dos Estudantes (DCE) para ver o que poderíamos fazer juntas, mas naquele momento, para a minha felicidade, tínhamos um negro na direção da ADUSP, que era o professor Cunha Júnior, tínhamos um negro no DCE, que era o Wilson Honório e eu no SINTUSP (Jupiara, 2020).

Na visão de seus colegas dirigentes do Sindicato, Jupiara era tida *como louca* por querer discutir o racismo que acometia as/os trabalhadoras/es dentro da Universidade. Para ela, o preconceito e a discriminação eram explícitos e todos estavam sendo oprimidos pelo mesmo sistema e, por isso, era necessário unir força para atacar essa injustiça. Vale ressaltar que a negação da existência de racismo por parte dos demais membros do sindicato dos trabalhadores da USP evidencia a ausência de integração da luta dos trabalhadores brancos em relação às dificuldades adicionais especificamente enfrentadas por trabalhadores negros e revela que a perspectiva de luta assentada exclusivamente na questão de classe pode estar imbuída de elementos perpetuadores do racismo, tal como a negação de sua existência.

O fato de não conseguir apoio dentro do Sindicato, por parte dos seus colegas, fez com que Jupiara buscasse ajuda em outros espaços dentro da Universidade. Ao procurar o DCE, soube que poderia unir forças com mais dois representantes negros de entidades potentes dentro da Universidade<sup>11</sup>. Tais espaços de luta política se constituíram, ao mesmo tempo, como espaços de mobilização política, resistência e combate contra o racismo, sem deixar de serem parte integrante da própria manifestação dele, ou seja, esses espaços coletivos são essenciais para a discussão e o posicionamento na construção de uma sociedade mais justa, desde que estejam abertos para as pautas oriundas das pessoas negras que nele se encontram. Trata-se de uma realidade complexa em que, sendo as opressões interseccionais, as lutas contra elas também deveriam ser.

É justamente na esfera das questões não contempladas por essas três importantes entidades que surge o espaço e a necessidade de criação de uma organização especificamente voltada à questão racial. O NCN, portanto, desde o seu nascimento, articula pautas de estudantes, funcionários e professores, aglutinando ainda questões de gênero, raça e trabalho. Esses elementos conferem ao Núcleo uma posição que pode ser lida, conforme nomeia Collins (2016), como situada no bojo da interseccionalidade.

O NCN foi fundado por Jupiara Castro, Henrique Cunha Júnior e Wilson Honório da Silva, em 1987, como uma unidade na luta pela disputa de poder e na luta por direitos, posicionada contra os privilégios da branquitude. De acordo com o seu papel, finalidade e origem, o Núcleo foi fundado dentro do campus da USP, no Butantã, a despeito da resistência da administração da universidade. Na memória do professor Henrique Cunha Júnior (2021), o momento em que o Núcleo foi fundado era de muitos enfrentamentos em razão do racismo explícito dentro da Universidade e o encontro das três categorias, funcionários, estudantes e professores, foi uma conjunção boa porque na composição vigente daquele período os dirigentes eram negros.

---

<sup>11</sup> Henrique Cunha Junior era representante da Associação de docentes da Universidade de São Paulo – Adusp, Wilson Honório estava na direção do Diretório Central dos Estudantes – DCE e Jupiara estava na direção do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo – SINTUSP.

Se não me engano, encontrei com a Jupiara na esquina da Escola de Comunicação da USP, e disse: “precisamos conversar”, e ela disse: “sim, precisamos conversar, professor”. Então, fomos atrás, também, do representante do DCE (Wilson Honório) [...] E, assim, começou o Núcleo, fazendo denúncias e articulando seminários, coisas que levavam a ter uma presença da população negra dentro da Universidade de São Paulo – uma presença qualificada, uma presença construída na discussão do racismo brasileiro. Foi dessa forma que começamos (Cunha Júnior, 2021).

É interessante observar que, com a criação do Núcleo, surgiram ações educacionais importantes. Seminários e rodas de conversa que foram propostas sobre o racismo brasileiro, trouxeram mais pessoas da comunidade negra, além dos trabalhadores, para dentro da Universidade. Portanto, mais mulheres negras e homens negros passaram a frequentar e a circular pelo território uspiano e impor suas presenças.

É inegável a participação e contribuição de Henrique Cunha Júnior e Wilson Honório na fundação do NCN. Segundo Steve Biko (1971), sem unidade não há força. Entretanto, é preciso destacar a pujança e a eloquência de Jupiara ao idealizar um Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo. Essa proposta vai além do que a sua missão previa. O cenário que Jupiara encontrou, de racismo e exclusão dos trabalhadores negros da USP, e da precariedade de alunos e professores negros, exigiu a formação de um quilombo como um espaço de luta e de resistência, que chega para disputar poder e implementar, por meio da concepção de conscientização, uma luta político-social.

De acordo com Abdias do Nascimento (2019), os quilombos resultaram da exigência vital dos africanos escravizados de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga do cativeiro e da organização de uma sociedade livre. Esse conceito pode e deve ser reatualizado de acordo com o contexto em que vivemos.

A continuidade dessa consciência de luta político-social se estende por todos os Estados onde existe significativa população de origem africana. O modelo quilombista vem atuando como ideia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o século XV. Nessa dinâmica quase sempre heroica, o quilombismo está em constante reatualização, atendendo às exigências do tempo histórico e situações do meio geográfico (Nascimento, 2019, p. 282).

Assim, é patente a analogia da constituição do Núcleo de Consciência Negra como um quilombo, porque foi erigido como um espaço de união, de debate, de denúncia, de proposta, de acolhimento, de refúgio, de liberdade e de manifestação da cultura e dos valores afro-brasileiros e africanos, dentro de um território de exclusão, silenciamento e perseguição do povo negro. Para Abdias de Nascimento (2019), independentemente da aparência e dos objetivos declarados, as organizações, entidades, associações, dentre outras nomenclaturas, fundadas e integradas por mulheres e homens pretos, preenchem uma importante função social, desempenhando um papel relevante na sustentação da comunidade negra.

O medo da opressão, que estava fora do quilombo (NCN), existia, porém ele não foi capaz de frear o ímpeto de seus fundadores e, principalmente, da sua idealizadora. “Quem não tem medo é burro! Eu tenho medo, mas não me escondo” (Jupiara, 2020). Era preciso força e coragem para levar adiante o projeto emancipador, o qual deu origem à sua missão dentro da USP.

### **AÇÕES EDUCACIONAIS PROMOVIDAS PELO NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA NA USP**

Durante sua trajetória, o Núcleo planejou e realizou diversas ações políticas, educacionais, com o intuito de contribuir para o processo educativo da comunidade negra, bem como para a ampliação da consciência racial oriunda desse processo, o que fortaleceu a luta contra o racismo e o preconceito racial. Destaca-se que o Núcleo promoveu cursos de redação, de línguas, como o Iorubá, o Inglês e o Francês, cursos de teatro, de dança afro-brasileira e capoeira.

Uma das primeiras ações com recorte de caráter político-educacional foi o curso de alfabetização de jovens e adultos lançado pelo Núcleo em 1989 e que se estendeu até 1993. A iniciativa se deu em um momento de grande ampliação da terceirização de trabalhos como limpeza e segurança na Universidade. Segundo Jupiara Castro (2020), tratava-se de uma situação desumana, porque as funcionárias, na sua maioria mulheres pretas, não tinham nenhum grau de escolarização. Houve uma grande procura pelo curso de alfabetização, chegando a chamar a atenção da Faculdade de Educação.

Com esse projeto o NCN se recusou a realizar uma mera transmissão de conhecimento formal, mas se propôs a desenvolver uma formação de sujeitos para a vida, com ênfase na instrumentalização dos trabalhadores para se posicionarem diante das relações de trabalho com suas chefias. Para tanto, a ação educativa proposta se baseou nas práticas e escritos de Paulo Freire, isto é, foi proposto aos estudantes, jovens e adultos, como forma de aprendizado, temas sobre situações concretas e presentes nas suas vidas, que os desafiavam e que lhes exigiam respostas políticas e intelectuais, isto é, a proposta do Núcleo foi por um ensino libertador, e não bancário. Ademais, foi proposto e coordenado por Jupiara, um conjunto de rodas de conversa com o intuito de discorrer sobre as lutas históricas da população negra e sobre a guerra que, cotidianamente, foi travada contra os privilégios da branquitude. O resultado desse projeto foi a desconstrução e a ressignificação de conhecimentos e saberes, isto é, uma alfabetização emancipadora.

Outra ação de cunho político e educacional foi a criação do cursinho pré-vestibular, sua ação mais perene e de maior visibilidade até os dias de hoje. Ele teve início no ano de 1994, contando com professores voluntários, porém sem apoio financeiro da Universidade de São Paulo. Entre os estudantes matriculados, havia funcionários terceirizados da USP, jovens e adultos do entorno do campus Butantã e moradores da periferia de diversos bairros. Embora a prioridade na inscrição fosse para negros, também havia estudantes brancos pobres. Além da grade curricular voltada para as matérias do vestibular, havia a aula de Cidadania e Consciência Negra, da qual chegaram a participar grandes nomes da intelectualidade negra, como o geógrafo Milton Santos. Esse componente tinha o intuito de assegurar a formação de uma consciência crítica e reflexiva acerca de história, política, direitos, educação, cultura e sobre a questão racial no Brasil, as desigualdades e a história de lutas dela decorrentes.

O cursinho pré-vestibular do NCN foi, portanto, uma forma de protesto, isto é, para evidenciar a exclusão de jovens negras e negros dos bancos das universidades públicas e, ao mesmo tempo, contribuir para a inserção deles nos espaços acadêmicos. Como estratégia política, o Núcleo instalou um debate sobre a urgência e necessidade de cotas na universidade, forçando a sociedade a ter um olhar para as políticas afirmativas, não só por uma questão de democratização de direitos, mas como reparação histórica com a valorização da multiplicidade de diferenças, da inclusão e do combate ao racismo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jupiara conseguiu entrar como trabalhadora na Universidade de São Paulo, dirigiu uma greve, ousou contestar as relações perversas que estavam postas aos funcionários, se tornou uma

das dirigentes do sindicato (SINTUSP), promoveu debates, estabeleceu embates junto de autoridades dentro da Universidade, idealizou e fundou, junto com o professor Henrique Cunha Jr e o estudante Wilson Honório, o Núcleo de Consciência Negra, em 1987.

Com a fundação do Núcleo, sem dúvidas, erigiu-se um quilombo dentro da USP, não só para congregar um espaço de resistência, lutas, acolhimento, sociabilidade e identidade, mas para estabelecer um debate étnico-racial a partir do olhar da mulher negra e do homem negro, denunciando o racismo estrutural e a ausência de negros no espaço acadêmico.

Junto dos seus companheiros, Jupiara fundou o NCN para ir ao front batalhar, quebrar regras, transgredir e expor o tratamento que a USP dava para a comunidade negra: invisibilidade, posições de inferioridade em relação à supremacia branca, exploração e exclusão da comunidade negra, se valendo de um mecanismo cruel e desumano: o racismo.

Conclui-se que a luta histórica e as organizações de mulheres e homens negras/os, historicamente marcadas pela ênfase na educação, existem e resistem hoje, promovendo o debate sobre as questões étnico-raciais e, ao mesmo tempo, contribuindo para a diminuição das desigualdades raciais tão presentes na sociedade e no mundo acadêmico.

É importante destacar que o NCN foi pioneiro na proposição de cotas raciais no ensino superior. Como havia poucas/os alunas/os e professoras/es pretas/os dentro da USP, essa era uma questão que esteve sempre em pauta nas discussões e manifestações do Núcleo, iniciadas com Jupiara desde o início do seu debate étnico-racial na Universidade.

Instituições como o NCN nascem da resistência e se transformam em espaços de educação informal, quilombos, que implantam ações educativas com o objetivo libertar e emancipar, politizando suas/seus membras/os, não só formando para o mercado de trabalho, ou o sucesso no vestibular, mas também para a vida, a cidadania e para uma presença consciente de sua negritude no meio acadêmico.

As batalhas iniciadas por Jupiara Castro, Henrique Cunha Júnior e Wilson Honório da Silva hoje mostram uma mudança relevante no perfil dos alunos da USP, com a presença de mais mulheres e homens negras e negros. Suas ações contribuíram para a inserção de mais alunas/os e professoras/res negras/os nas universidades brasileiras e, com isso, deixaram em foco o debate e a importância da instituição de cotas raciais nos vestibulares que, na USP, foram implementadas em 2017, isto é, 30 anos depois da fundação do Núcleo de Consciência Negra.

## REFERÊNCIAS

ACERVO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. Mulher negra discriminada tem Seminários. Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Disponível em [https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq\\_cultura&pagfis=6862](https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&pagfis=6862). Acesso em 31 mai. 2024.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDRADE, Rosa Maria Tavares; FONSECA, Eduardo de Freitas. *Aprovados!: cursinho pré-vestibular e população negra*. São Paulo: Editora Selo Negro, 2001.

BIKO, Bantu. Steve. *A definição da Consciência Negra*. 1971. Disponível em <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2010/01/a-definic3a7c3a3o-da-conscic3aancia-negra-steve-biko.pdf>. Acesso em 11 jan. 2024.

- CASTRO, Jupiara Gonçalves de. Entrevista [outubro 2020]. Entrevistadora: Julliana da Silva Siqueira. São Paulo, 2020, 1 arquivo .mp3 (03:41:10).
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 abr. 2024.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. *Revista Estudos Feministas*, n. 1, p. 7-16, 2022. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod\\_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero\\_KimberleCrenshaw.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf). Acesso em 21 abr. 2024.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descendente na cultura brasileira. In: ROMÃO, Jeruse. *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: MEC, 2005, p. 249-274. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=649-vol6histneg-pdf&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=649-vol6histneg-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192). Acesso em 21 abr. 2024.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique; NUNES, Cícera. Reivindicações Educacionais e Propostas Educativas da População Negra no Século XX: uma revisão histórica. In: *VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Fortaleza, 2010. Disponível em [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38976/1/2010\\_eve\\_cnunes.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38976/1/2010_eve_cnunes.pdf). Acesso em 21 abr. 2024.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.
- MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Ministério da Educação, 2. ed., Brasília, 2005. Disponível em [https://inee.org/sites/default/files/resources/sup\\_rac\\_escola.pdf](https://inee.org/sites/default/files/resources/sup_rac_escola.pdf). Acesso em 21 abr. 2024.
- NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.
- RATTS, Alex. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. *NGUZU: Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos*, Londrina, v. 1, p. 28-39, 2011. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/items/5bbb4b1c-b4ca-46d1-8d46-8d9accb76ab5>. Acesso em 21 abr. 2024.
- ROCHA, Mariana Machado. *Uma luta científico-social desproporcional: colonialidade e branquitude na fundação da USP e ensino superior na Imprensa Negra Paulista (1924-1937)*. 314 folhas. Tese (doutorado em História da Educação) – FEUSP (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo), São Paulo, 2023.
- SISTA - *Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino de Mato Grosso do Sul*. Semana da Consciência Negra – técnicos administrativos que se destacaram na FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil). Sista-MS. Campo Grande/MS, 2016. Disponível em

DOI: 10.12957/teias.2024.83723

<https://www.sistams.org.br/noticias/semana-da-consciencia-negra-tecnicos-administrativos-que-se-destacaram-na-fasubra/>. Acesso em 17 abr. 2024.

SIQUEIRA, Juliana da Silva. *A formação do Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo: uma trajetória política apoiada na educação como forma de resistência e luta antirracista*. 184 folhas. Dissertação (mestrado em História da Educação) – FEUSP (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo), São Paulo, 2024. Disponível em <https://doi.org/10.11606/D.48.2024.tde-08052024-123237>. Acesso em 25 maio 2024.

*Submetido em abril de 2024*  
*Aprovado em maio de 2024*

### Informações das autoras

Juliana da Silva Siqueira  
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP)  
*E-mail:* [juliana.silva.siqueira@usp.br](mailto:juliana.silva.siqueira@usp.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7961-3544>  
*Link* Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1194562706446087>

Ana Luiza Jesus da Costa  
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP)  
*E-mail:* [anajcosta@usp.br](mailto:anajcosta@usp.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6917-2917>  
*Link* Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0947273510050540>